

Política

ELEIÇÕES

O presidente Sarney já sabe como se vingar do PMDB pela redução de seu mandato para quatro anos: não deixar, agora, que se arrependam e voltem para os cinco anos. Ele está certo de que quem sairá perdendo será o partido, que se esfacelará nas próximas eleições, disputadíssimas.

“Quem não quer 5 anos sou eu”



Fernando Collor, ontem, na CPI da seca.

Um aliado de Magalhães fica com a Sudene

Numa demonstração de que seu governo será, cada vez mais, uma exclusividade dos amigos fiéis, o presidente José Sarney nomeou ontem para chefia da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) Paulo Ganen Souto — ex-secretário de Estado no governo João Durval, na Bahia, e homem ligado ao ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães.

Foi mais um ato de represália de Sarney, segundo fontes do Palácio do Planalto, desta vez contra o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, um dos principais articuladores da redução do seu mandato na Comissão de Sistematização da Constituinte.

Para nomear Paulo Ganen Souto, Sarney exonerou Antônio Carlos Frota do cargo de superintendente interino, e assinou decreto concedendo 33% de gratificação aos funcionários da Sudene.

Troco

Ontem mesmo, no entanto, Sarney começou a receber o troco pelos seus atos de represália contra os que apoiaram a redução de seu mandato. Ao falar na CPI da seca nordestina da Câmara, o governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, fez contundentes ataques ao governo federal, embora sem citar uma única vez o nome de Sarney. Disse que os Estados nordestinos vêm sendo perseguidos, principalmente Alagoas, onde, por causa da retenção de recursos alocados para o Nordeste “o povo está morrendo de fome, comendo lagartixa e bebendo águas barrentas”; e acusou o governo da prática de “fisiologismo”.

“Espero que a política de retaliação, da perseguição e da mesquinha não persistam no nosso país”, disse Collor de Mello, fazendo questão de deixar bem clara sua intenção de manter-se independente em relação ao Palácio do Planalto, e defendendo eleições diretas em 88 como solução para os problemas do País e de seu Estado. “Não posso me alinhar à mais odiosa e imoral política que o País já conheceu, que é aquela do fisiologismo”, afirmou, acrescentando

que não será com troca de favores que o governo encontrará uma saída para a crise.

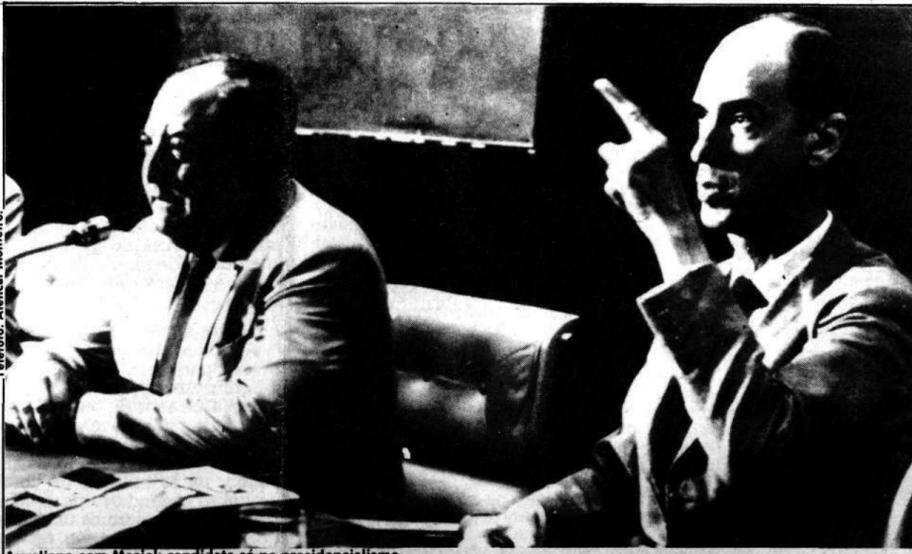
“Não quero nem desejo que o Nordeste se dobre para lamber os sapatos daqueles que se acreditam donos do País”, reforçou, criticando a intenção do Planalto de governar sem os partidos políticos, que “são os canais de entendimento com o povo brasileiro”. Além disso, concluiu, “Alagoas não pode ser penalizada pela eventualidade de seu governador não apoiar a política do governo federal”.

Já o líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS) advertiu, em Porto Alegre, que se houver retaliações do presidente contra os parlamentares que votaram pelo mandato de quatro anos — e não de cinco como desejava — “certamente haverá reações contrárias no PMDB, em outros partidos e na própria opinião pública”.

E apesar das evidências em contrário, os senadores Gerson Camata e João Calmon, ambos do PMDB do Espírito Santo, saíram ontem de audiência com Sarney garantindo que o presidente não demitirá nenhum funcionário em represália aos quatro anos de mandato. Camata garantiu inclusive que o apadrinhado do senador José Richa (contrário aos cinco anos e parlamentarista), Inácio Mamaná Neto, foi demitido da presidência da Comissão de Financiamento da Produção “apenas por corrupção”.

Já o ministro da Agricultura, Íris Resende, explicou essa demissão com a “falta de sintonia político-administrativa (de Mamaná) com a orientação superior do Ministério da Agricultura e do Próprio governo”. Sobre a corrupção, Resende disse que há uma sindicância em andamento.

Por sua vez, o deputado João Cunha (PMDB-SP) desmentiu, da tribuna da Câmara, que se tenha tornado presidencialista depois de receber um canal de televisão de Sarney. No entanto, confirmou que é presidencialista e que um grupo de amigos seus de Ribeirão Preto, recebeu mesmo um canal de tevê do governo Sarney, em fevereiro passado.



Aureliano com Maciel: candidato só no presidencialismo.

AURELIANO

Ele foi o primeiro a assumir: “Sou candidato.”

O ministro Aureliano Chaves assumiu, afinal, a sua candidatura à sucessão de Sarney. Ontem, o ministro das Minas e Energia autorizou o presidente do PFL, senador Marco Maciel, a iniciar consultas em nível partidário sobre a aceitação do seu nome. Ele é considerado por pefelistas “o único” capaz de unir o partido, mas o ministro quer saber mais, já que faz duas ressalvas a sua própria candidatura: ele só admite discutir o problema sucessório depois da promulgação da Constituição, e só aceita sair em campanha se for aprovado o sistema presidencialista.

O governador paulista Orestes Quércia, outro defensor do presidencialismo, também quer que seu partido comece a analisar nomes para a disputa presidencial. Mas, mais rápido que Aureliano, Quércia acha que o PMDB deve lançar seu candidato assim que o plenário da Constituinte definir o mandato de Sarney. Mesmo negando sempre que seja um presidencialista, Quércia recebeu ontem o apoio do prefeito de São Paulo, Jânio Quadros disse que “um candidato que saia de São Paulo, sobretudo com as virtudes de Quércia, receberá de mim apoio incondicional. Especialmente se for ele”. E, nesse caso, o prefeito sairá em campanha com o “soldado raso”, até mostrando nos palanques sua “boa oratória”.

Restrições

O senador Marco Maciel explicou por que Aureliano Chaves condiciona a sua candidatura ao siste-

ma de governo — este último não admite a hipótese de implantação imediata do parlamentarismo, já que em março de 1988, sem renovação do Congresso, o primeiro gabinete sairá necessariamente do PMDB.

E, falando em termos pessoais, e mesmo frisando ser um parlamentarista histórico, Marco Maciel disse que — para evitar um conflito entre um presidente eleito e um parlamento com uma maioria hostil — o ideal seria a adoção do parlamentarismo somente depois de eleições parlamentares, atualmente marcadas para 1990. Maciel comentou também que o parlamentarismo, sem uma compatibilização entre sistema de governo, sistema partidário e sistema eleitoral, não será viável.

Ontem, no final da tarde, o ministro Aureliano confirmou ao JT que sua posição é definitiva e mais restrita do que a do senador Marco Maciel — só aceita ser candidato no presidencialismo. Hoje, ele pretende visitar o presidente da Constituinte Ulysses Guimarães — em São Paulo —, e, na conversa, os dois presidencialistas e presidencialistas devem examinar o quadro político e as possibilidades de o plenário da Constituinte aprovar o que os dois desejam — o mandato de cinco anos e o presidencialismo.

Populismos

“Se o Quércia não sair candidato à sucessão do presidente Sarney, ganha o Brizola, que é uma ameaça porque, no segundo turno,

terá o apoio do PT e da esquerda do PMDB. E o Quércia vai usar a esquerda, o centro e a direita, porque é pragmático.” A previsão é de um veterano deputado estadual do PMDB com trânsito no Palácio dos Bandeirantes.

Quércia queria os cinco anos, “mas deixou nas entrelinhas que aceitava os quatro anos, o que não quer dizer que foi derrotado, pois não colocou toda a cara na parada. Com o mandato de cinco anos, ele teria mais tempo para ganhar força. Para ele seria melhor sair candidato num momento novo, em que a crise não estivesse tão profunda como agora”, acrescenta o parlamentarista.

Além disso, “interessa a Quércia agitar, ser citado entre os possíveis candidatos do PMDB para mostrar que tem liderança. Em toda eleição presidencial, o governador de São Paulo — o Estado que tem o maior eleitorado do País — precisa ser cogitado ou demonstrar fraqueza política”.

Na opinião do deputado, em consequência da pobreza e da baixa escolaridade da grande massa do eleitorado, no Brasil “só há torcedores, não eleitores, e na torcida ganha o político populista, que consegue falar ao inconsciente coletivo. Vence aquele que é capaz de captar o inconsciente da grande massa de torcedores. Que é emocional e não racional”.

E, como político do PMDB com características populistas, capaz de enfrentar Brizola, esse deputado só consegue identificar um Orestes Quércia.

Ninguém vai conseguir fazer o presidente Sarney mudar de idéia: “Agora, quem não quer os cinco anos sou eu”, avisou ele ontem, já convencido de que os quatro anos são a melhor solução para o País e para ele próprio. Mas não para o PMDB. “Definitivamente, a redução não será um bom negócio para o partido, que corre o risco de esfacelar-se”, teria dito Sarney a seus assessores. E mais: ele prevê que o PMDB não terá condições de se unir em torno de um candidato para disputar a Presidência em 1988.

Mesmo assim, Sarney garante que fará todo o empenho para que as eleições se realizem. “A aparência dele é de quem tirou um peso de 200 toneladas das costas”, relatou ontem o senador João Calmon (PMDB-ES), depois de uma audiência com Sarney. Os assessores do presidente não se arriscam a dizer que a redução do mandato foi exatamente um alívio para Sarney. Dizem apenas que ele não queria os cinco anos só por um desejo pessoal, para se manter no poder. “Ele entendia que esse era o melhor caminho para a transição”, explicaram os assessores.

Depois de receber as pesquisas indicando que o povo quer mesmas eleições no próximo ano, Sarney se convenceu de que o melhor seria abreviar o período de transição. Mas isso não impediu que ele ficasse magoado. Os assessores palacianos dizem que Sarney encanou como um gesto de “deseconfiança pessoal” a manifestação dos que diziam apoiar seu governo, mas que acabaram votando pelos quatro anos na Comissão de Sistematização.

Essa mágoa se estende a parlamentares, governadores e até a ministros que ele acusa de não terem feito nada pela tese dos cinco anos — particularmente o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, que não teria trabalhado com afinco junto a seus amigos na Constituinte.

Nova fase

Mas não será por isso que Sarney vai partir para a retaliação, garantem seus assessores. Ao contrário. Nessa nova fase de governo, ele se dedicará apenas a cobrar coerência de seus ministros e altos funcionários. E, se houver reforma ministerial, não será com o intuito de retaliação, mas acontecerá na medida em que o governo encontrar obstáculos à execução de suas diretrizes. “Ele faz questão de ter uma equipe coerente”, informam ainda os assessores.

E já que considera “irreversíveis” as eleições de 1988, Sarney agora quer governar sem conflitos ideológicos e executar tudo o que planeja para os quinze meses que ainda ficará no poder. E até poderá conseguir, na opinião do ex-presidente do Banco Central, Carlos Brandão — “mas desde que não subordine a economia do País ao poder político e adote uma política econômica ortodoxa rigorosa, que implique acertar tudo”.

As metas a que se propõe Sarney ficarão inviabilizadas, contudo, se o parlamentarismo for mesmo implantado em março do próximo ano, conforme disse ainda Carlos Brandão. Para ele, a adoção de uma política ortodoxa, sem congelamento de preços e com base em leis de mercado, será prioritária para que o presidente cumpra suas promessas. “Essas medidas fazem parte do conjunto básico para controlar o déficit público, cujo crescimento desordenado poderá dificultar o cumprimento das promessas do presidente”.

Se depender da Petrobrás, Sarney poderá encaixar nos próximos quinze meses um programa de realizações correspondente a cinco anos. “Estamos dispostos a trabalhar até 25 horas por dia”, promete ontem o presidente da empresa, Ozires Silva. “A Petrobrás aceitará qualquer determinação governamental destinada a estimular o desenvolvimento econômico.” Ozires Silva acha “fundamental” o País recorrer a todos os meios para crescer e melhorar as condições de vida do povo. “Inaceitável é aceitar qualquer orientação destinada a implantar programas recessivos.”

E ainda querem dar cinco anos a Sarney. Com presidencialismo.

Apesar de todo seu desinteresse atual pela questão, o presidente José Sarney ficará sabendo hoje, por informação do presidente em exercício do PMDB, deputado Milton Reis (MG), que há grande possibilidade do sistema presidencialista ser restabelecido na votação pelo plenário da Constituinte. E mais: até os cinco anos de governo poderão lhe ser devolvidos, embora ele não os queira mais.

Essa é também a opinião de outro dirigente peemedebista, o deputado Roberto Cardoso Alves, do governador paraense Hélio Gueiros e de um convicto parlamentarista, o deputado Alceni Guerra (PFL-PR).

— Os quatro anos e o parlamentarismo são um blefe que estão querendo passar no Brasil — disse Gueiros. Jamais o povo brasileiro

vai permitir que 48 pessoas decidam em nome de 120 milhões. O caso não está liquidado não e o plenário vai manter o presidencialismo e o mandato de cinco anos para o presidente Sarney.

Alceni Guerra, desalentado, apresentou as contas que fez, após consultas aos partidos: votarão a favor do presidencialismo 104 constituintes do PMDB, 100 do PFL, 25 do PDS, 23 do PDT, 16 do PT, 6 do PTB e 6 dos pequenos partidos, somando os 280 votos necessários para aprovar a mudança.

O deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE), presidencialista, acredita que muitos constituintes mudaram de posição, pois só defenderam o parlamentarismo como forma de se livrar do governo Sarney.

O ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, mes-

mo reconhecendo as dificuldades, aposta no restabelecimento das eleições em 89 e no sistema presidencialista. “Todos os candidatos sabem que será inviável o pleito presidencial no próximo ano. Por isso mesmo, o PFL não vai se precipitar.”

Mas se nem o presidente Sarney acredita mais nessa hipótese — pois considera “irreversível” a realização de eleição para presidente da República no ano que vem — muito menos o faz o governador do Ceará, Tasso Jereissati, que hoje será recebido pelo presidente. Ele só acha “uma loucura” a adoção imediata do parlamentarismo, com a mudança no meio do governo, “ainda no quadro de crise como a que estamos vivendo”.

Antecipação

Em defesa do parlamentarismo, o deputado Aírton Cordeiro (PFL-PR) preparou emenda antecipando as eleições para presidente e para o Congresso para 1º de junho de 1988: “Não podemos dar ao presidente Sarney a oportunidade de torpedear o parlamentarismo”.

O deputado argumentou que o presidente poderia, caso o parlamentarismo fosse instituído ainda durante o seu mandato, “usar dos instrumentos que seu cargo permite e convocar um plebiscito, derrubando o novo regime”.

E isso poderá acontecer, na opinião do ex-presidencialista Paulo Pimentel (PFL-PR), que já se convenceu de que a tendência da Constituinte é parlamentarista: “Os atuais parlamentaristas estão esquecendo que o Congresso, nes-

se regime, pode ser dissolvido a qualquer momento”. Pimentel, por isso, acha que o aqodamento não é necessário e defende eleições gerais para 15 de novembro de 88.

O governador gaúcho Pedro Simon e o deputado Antônio Britto (PMDB-RS) também estão contra a antecipação pedida pelo senador José Richa a pretexto de evitar uma “ruptura institucional”. “Não há clima para golpe e nem interesses em golpe”.

Por “conveniência política”, e para dar ao novo presidente “a oportunidade de ter maioria no Congresso”, o líder peemedebista Ibsen Pinheiro (RS) defendeu eleições gerais em 88, com exceção dos governadores e deputados estaduais. Com um detalhe: quer reduzir o mandato do futuro presidente para quatro anos.

MARAJÁS

Mais de Cz\$ 30 mil. Para usar em rifas...

Uma verba de representação, criada em 1986 pelos vereadores de Indaiatuba, São Paulo, e que dobra salários de Cz\$ 34 mil, é considerada “justa” pelo presidente da Câmara local. Afinal, “quando alguém tem uma rifa logo procura um vereador. Assim, a verba reverte para a população”. Mas três vereadores — PT, PDT e PFL — protestam e já estão devolvendo a verba desde maio.

Os pré-salários dos mineiros

Alguns pré-constituintes mineiros resolveram devolver ao Estado uma ajuda de custo da ordem de Cz\$ 200 mil que já estavam recebendo há dois meses pelo trabalho que devem realizar apenas no ano que vem, na Constituição estadual. Os deputados do PT e do PDT rejeitam este “salário por esforço constituinte”, como é chamado, e que os transforma nos parlamentares mais bem pagos do País, com vencimentos mensais de Cz\$ 457.508,00. Os marajás do PMDB, PFL, PDS e PTB não rejeitaram.

Um trem da alegria em São Bernardo?

Às vésperas de ano eleitoral — quando são proibidas contratações —, o prefeito peemedebista Aron Galante, de São Bernardo, está tentando garantir a sua imagem — e apoios de correligionários. A manobra ainda não está bem explicada, mas já conta com os protestos de vereadores do PT e do PMDB. Chama-se “reforma administrativa” e pode favorecer cerca de 300 funcionários públicos que, concursados e em postos baixos, talvez conquistem as benesses de cargos de chefia. Para sempre.

Mil entulhos, agora marajás.

O DNER mineiro encaixou no seu quadro de funcionários quase mil pessoas que trabalhavam numa empresa privada de prestação de serviços, pagando-lhes salários superiores a Cz\$ 500 mil. A denúncia foi feita ontem pela Associação Nacional da Polícia Rodoviária Federal, via seu presidente, Sebastião Moreira Pinto, que responsabilizou o próprio diretor-geral do DNER, Antonio Alberto Canabrava, pela irregularidade. Moreira Pinto garante que a operação é ilegal e informou que “estes nossos marajás são, em sua maioria, entulho da ditadura militar”.

VAMOS COMEMORAR JUNTOS OS 20 ANOS DA DRUGSTORE.

É uma festa de dois dias: sexta dia 20 e sábado dia 21. Você ganha 20% de desconto em todas as compras à vista.

Mas atenção: somente nos dias 20 e 21.

DRUGSTORE

Shopping Center Iguatemi - S. Paulo - Campinas - Shopping Center Ibirapuera Shopping Center Eldorado - Morumbi Shopping